

Adaptação curricular para educação inclusiva**Curricular adaptation for inclusive education**

DOI:10.34117/bjdv6n1-161

Recebimento dos originais: 30/11/2019

Aceitação para publicação: 15/01/2020

Roseane da Silva SantanaMestranda em Ciência da Educação pela Atenas
College University – EUA

Instituição: Atenas College University – EUA

Endereço: Rua Firmino José de Moura, 50 – Asa
Branca, João Alfredo – PE, Brasil.

E-mail: roseanesantanaa@hotmail.com

Maria Cinthia Cavalcanti da Silva EliasMestranda em Ciência da Educação pela Atenas
College University – EUA

Instituição: Atenas College University – EUA

Endereço: Avenida Meira Vasconcelos, 330 2º andar
– Boa Vista, João Alfredo – PE, Brasil.

E-mail: cinthiapernambuco@hotmail.com

Gilda Rodrigues de Arruda SilvaMestranda em Ciências da Educação pela Atenas
College University – EUA

Instituição: Atenas College University – EUA

Endereço: Praça Manoel Cavalcanti, 18 – Boa Vista,
João Alfredo – PE, Brasil.

E-mail: gilda_graziella@hotmail.com

Diogenes José Gusmão Coutinho

Doutor em biologia pela UFPE

Email: gusmao.diogenes@gmail.com

RESUMO

Observa-se que o alunado com necessidades educacionais especiais requer uma maior atenção no que se diz respeito ao seu atendimento escolar. Pois sabemos que por mais que este seja um assunto atual, há muito a se fazer, para que a realidade passe a ser outra, com melhores condições a todos os envolvidos, família, escola e comunidade. Assim, este artigo vem tratar um pouco sobre esta adaptação que não é fácil, nem será modificada num piscar de olhos, mas que deve ser esclarecida e analisada, e criteriosamente executada; assim como todo e qualquer processo educacional que tem seus entraves a serem superados, este requer uma atenção ainda mais redobrada por ainda não fazer parte da rotina de muitos educadores que receiam encarar em seu cotidiano tal situação.

Palavras-chave: Adaptação, Currículo e Educação Especial.

ABSTRACT

It is observed that students with special educational needs require greater attention regarding their school attendance. Because we know that as much as this is a current issue, there is a lot to do, so that reality becomes another, with better conditions for all involved, family, school and community. Thus, this article deals with a little about this adaptation that is not easy, nor will it be modified in the blink of an eye, but it must be clarified and analyzed, and carefully executed; As with any educational process that has its obstacles to be overcome, this requires even more attention because it is not yet part of the routine of many educators who fear to face such a situation in their daily lives.

Keywords: Adaptation, Curriculum and Special Education.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação inclusiva tornou-se um foco, desde a promulgação da LDB (Lei nº 9.384, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aprovada em setembro de 2001 e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva aprovada em 2008 para uma análise de como os mesmos contemplam as adaptações curriculares para oferecer um ensino de qualidade aos educandos com necessidades educacionais especiais.

Bem como a educação é direito de todos e garantida por lei. Não basta apenas que uma proposta se torne lei, e sim, que seja imediatamente cumprida. Para que os alunos aprendam e alcancem os objetivos educativos, é necessário procurar esgotar todas as vias, métodos e meios de ensino.

A cada dia está mais presente em nossa sociedade a inserção de pessoas NEE (o conceito de Necessidades Educativas Especiais passou a ser conhecido em 1978 a partir de sua formulação no “Relatório Warnock”, apresentado ao Parlamento do Reino Unido, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do Estado para o País de Gales. Este relatório foi o resultado do 1º comitê Britânico constituído para reavaliar o atendimento aos deficientes, presidido por Mary Warnock. Porém este conceito de NEE só foi adotado e redefinido a partir da declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem) em salas regulares. Esses alunos se encontram em desvantagem em relação ao resto de seus companheiros e têm mais dificuldades para beneficiar-se da educação escolar oferecida.

Para que haja realmente a inclusão é necessário que os alunos se sintam verdadeiramente inseridos e que as escolas estejam aptas para bem atendê-los. Onde será de suma importância fazer algumas mudanças, inclusive na proposta pedagógica, pois a mesma tem que contemplar a todos.

Este artigo tem como objetivo ajudar os educadores, a fim de que eles percebam a importância das adaptações curriculares e que estes têm um papel fundamental nesta perspectiva, pois os mesmos apresentam maior chance de trabalhar esta questão.

2 CONCEITO DE ADAPTAÇÕES CURRICULARES

A inclusão é uma temática bastante abrangente, pois a mesma segue uma linha na qual se reconhece a diversidade dos indivíduos na sociedade e busca criar meios (estratégias), para que todos possam gozar de seus direitos e cumprir com seus deveres de cidadãos.

Sobre adequação curricular, no currículo, Oliveira e Machado (2007 apud...), nos esclarece:

[...] são os que permitem a eliminação ou introdução de objetivos específicos completamente e/ou alternativas, como forma de favorecer o desenvolvimento e aprendizagem do aluno com necessidades educacionais específicas. Implicam modificações no número de alunos que a sala deve comportar, a definição da sistemática de trabalho cooperar entre professores de Ensino Regular e do ensino Especial, bem como o ajuste no tempo de permanência de um aluno em uma determinada série. Podem, ainda, constituir ajustes na promoção de um aluno de série para a outra, ainda que não esgotado o plano de ensino de classe anterior, prevendo um atendimento de suplência para apoiá-lo. Em síntese, adequação curricular são modificações realizadas no planejamento, nos objetivos da escola, nos conteúdos, nas atividades, nas estratégias de aplicação deste conteúdo e da avaliação, no currículo como um todo ou um aspecto dele (p. 45).

A educação não pode ser vista apenas com a maneira de se adquirir conhecimento, e, sim, tornar os alunos capazes de transformarem e conviverem com suas diferenças.

O trabalho com essa realidade apesar dos desafios, permite que o professor aprenda a posicionar-se de forma que busque compreender as necessidades educacionais e individuais de cada educando. O professor tem que procurar desenvolver atividades nas quais os educandos terão oportunidades de potencializar suas habilidades e talentos.

A realização de adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. No entanto, para “sanar” essas necessidades é essencial que seja feita uma avaliação para identificar. E essa avaliação deve ser feita pela equipe interdisciplinar de setor ou servido de orientação do centro ou instituição. Com as identificações feitas requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas ações e expectativas em relação a esses alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos e de todos, que dê conta destas especificidades.

Não é um processo fácil nem rápido de se solucionar, pois requer conhecimentos específicos e amplos de todos que estejam envolvidos, a educação não cabe apenas à família e aos “professores” que estão em sala de aula, mas sim de todos aqueles que fazem parte deste conjunto educativo, pois se hoje está lida com os tidos “normais”, muitos são os que trabalham em um ambiente escolar e não têm condições de estarem nele por falta de conhecimentos ou mesmo atitudes simples de

gentilezas que não existem mais, onde demonstra-se o respeito, imagine serão compreendidos os que detém de um processo mais lento para a aprendizagem.

Essas adaptações devem ser consideradas em todos os aspectos, pois a educação é algo muito mais amplo do que possa se imaginar. Primeiramente é necessário fazer com que as pessoas compreendam que é fundamental a participação de todos em sala de aula, as necessidades são diversas em uma turma, na escola, não se limitam apenas aos alunos com necessidades especiais. O foco principal é o ser humano, a pessoa como um ser envolvido por uma sociedade, onde muitos demonstram pouca maturidade para assumir compromissos mais amplos.

Vale ressaltar que, currículo, conforme MacLaren (1998),

[...] representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente. O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e afirma os sonhos, desejos e valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos, com frequência discriminando certos grupos raciais, de classe ou gênero (p. 116).

Significa dizer que, essas modificações irão mexer com todos os envolvidos no processo, devemos preparar os alunos que receberão os ovos coelhos, e assim por diante, não apenas colocarmos e sala significa incluir, é uma preparação para os que estão, os que chegam, e os que mediarão, pois deverão estar preparados para solucionar os conflitos que ocorrem porque o novo causa inquietação, curiosidade, e tudo o que queremos é que todos se entendam e se respeitem cada vez mais.

De acordo a LBD CAP. V, da Educação Especial:

“Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.”

Assim como Ensino Regular a Educação Especial visa atender de maneira ampla a esses alunos, contemplando com o mesmo currículo ainda que a forma a ser repassada seja outra, mas que o aluno acompanhe esse plano a ser seguido, em casos específicos poderá este ser tratado de forma diferenciada, as apenas em extrema necessidade.

Esse desafio é grandioso pelo não conhecimento de muitos profissionais que agem de forma errônea ao ignorar a prática inclusiva, deve-se encarar de frente enfrentando as dificuldades para alcançar os avanços mínimos que almeja-se, é um processo lento, porém gratificante, justamente por ser um desafio ainda maior, quando temos uma sala regular sem que se tenha portadores de necessidades especiais, já encontramos os mais variados tipos de comportamento, conduta e aprendizagem, assim esse serão mais onde um bom profissional preparado irá atender a todos de forma a alcançar os objetivos diários.

O currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos e não o inverso. As escolas devem, portanto, oferecer oportunidades curriculares que se adaptem a alunos com diferentes interesses, potencialidades e capacidades. A pedagogia inserida nesse contexto é o que será o divisor de águas do antes de depois da escola na vida de cada uma das famílias que procuram uma vida melhor ao seu familiar. E é família mais uma vez que deve partilhar com a escola esse processo, nada se constrói sem empenho e esforço das partes envolvidas. O resultado será o fruto de uma construção longa, lenta e persistente. Encarar cada novo desafio faz parte também dessa adaptação curricular.

Se o meio oferece ao sujeito sentimentos de segurança, de autonomia e confiança para poder agir, a criança com deficiência ou não, terá condições de ter um desenvolvimento mais harmonioso. A única diferença é que a criança denominada normal consegue encontrar soluções para construir sua pessoa com mais facilidade, mesmo que o contexto não seja facilitador (VAYER & RONCIN, 1989).

Para encarar as necessidades educacionais especiais é, portanto, não apenas estar atento às características pessoais de cada aluno e de sua deficiência, como também antever a forma como a escola organiza o processo educativo. Ou seja, as necessidades não são estabelecidas de forma definitiva, mas se constituem no fazer pedagógico cotidiano, na busca de caminhos e respostas, indo além das dificuldades, possibilitando ao aluno um desenvolvimento pleno, norteado pelo horizonte da participação social, e não mais pelo patamar dos limites de sua deficiência – o que gera a sua exclusão social.

Vygotsky esclarece o papel da escola no desenvolvimento da criança, fazendo a distinção entre conceitos cotidianos e conceitos científicos. Os conceitos cotidianos instalam-se no psiquismo a partir da experiência pessoal, concreta e cotidiana das crianças. Ao passo que, os científicos são os elaborados e fundados na sala de aula, por meio do ensino sistemático, este sendo adequado a sua realidade.

Os conceitos científicos são os que não estão, diretamente, acessíveis à observação ou à ação imediata da criança, mais dependem da sistematização das práticas pedagógicas propriamente ditas. Assim o sistema conceitual gradativo de abstrações, adquirindo cada vez mais abrangência e complexidade.

O processo de formação dos conceitos, sejam cotidianos ou científicos abarca operações intelectuais partilham das palavras. Para a internacionalização de um conceito, faz-se necessária uma grande atividade mental, além das informações externas recebidas.

Ou seja, (VYGOTSKY, 1989:72):

“[...]’O desenvolvimento dos conceitos ou dos significados das palavras, pressupõe o desenvolvimento de muitas funções intelectuais: atenção deliberada, memória lógica, abstração, capacidade para comparar e diferenciar. Esses processos complexos não podem ser dominados apenas através da aprendizagem inicial’. Portanto, ‘o ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não

obtem resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante a um papagaio, que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade ocupa um vácuo”.

Sendo assim, cada vez mais necessário uma adaptação para os alunos que não dispõem de todos os seus sentidos aflorados como uma pessoa “normal”.

Trazendo uma nova política nacional de educação especial que em seu documento orienta para todos os níveis e modalidades educacionais numa perspectiva inclusiva. Neste sentido, para Baptista (2007):

A importância de uma política nacional de educação especial é associada ao seu caráter “orientador” dos sistemas, ainda que isoladamente esse texto não tenha força de lei. Portanto seus efeitos (assim como as reações a esses efeitos) devem ser pensados no plano de uma perspectiva, de um futuro a ser construído com base nesses princípios. (p. 205).

Reafirmando que a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais deve se efetivar em salas regulares do ensino comum:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino (...). (BRASIL, 2008, p. 14).

Essa nova política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva alerta, “para que haja uma retomada crítica da dimensão ‘preferencial’ da inclusão escolar, prevista nos documentos legais brasileiros, como a LDBEN de 1996 e as diretrizes curriculares para a área.” (BAPTISTA, 2017, p. 203), pois, segundo esta proposta, os estabelecimentos que atendem os educandos com necessidades educacionais especiais atualmente deveriam oferecer o serviço de atendimento complementar à escolarização, com atendimento destinado aos alunos ou oferecimento de assessoria voltado aos profissionais da educação básica nacional. Em relação às adaptações/adequações curriculares, o documento oferece poucos subsídios, por exemplo:

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16).

Este apresenta-se como um documento que é visivelmente flexível às adaptações que se façam necessárias, por conseguinte devendo-se planejar coletivamente.

Assim, o currículo é produzido pela experiência. Experiência a qual abrange a vivência imediata de situações individuais e/ou coletivas e a sua elaboração investigativa. A experiência se realiza quando na vivência nos apropriamos de dispositivos de observação, análise, registro, reflexão, crítica e interpretação do que está sendo vivenciado pelo indivíduo.

A realidade escolar será entendida compreendida à medida que e sua reflexão sobre si mesma, a comunidade da qual se originou os alunos, suas necessidades, os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, estiverem envolvidas por todos. Toda escola deve desenvolver e regulamentar os procedimentos para identificação de suas necessidades educacionais presentes em seu alunado, com o objetivo de garantir a todos acessos ao conhecimento e o desenvolvimento de suas potencialidades. É responsabilidade da escola garantir que as necessidades educacionais de todos seus alunos sejam identificadas e atendidas.

3 USO DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na educação especial não é diferente o que deve ser feito, pois as adaptações fazem parte da realidade do alunado seja especial ou não, sabendo-se que os pormenores devem ser mais cautelosos que com os alunos que não necessitam de necessidades especiais, pois, é notório que essa adaptação está no cotidiano da sociedade.

As condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar, conforme ideias presentes em vários documentos oficiais (BRASIL, 1996; BRASIL, 1997).

Para alcançar os objetivos se faz necessário encarar de frente este desafio que não é fácil, por conta de tantos entraves encontrados ao tentar buscar melhorias.

Para que haja inclusão das crianças com necessidades especiais na escola e na sociedade é preciso conhecimento específico dos profissionais envolvidos. Não basta colocar no papel e engavetar, a ação é ímpar nessa conquista, porque vai fazer valer o que realmente deve ser efetivado.

Segundo Cerqueira & Ferreira (2000), “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância com na educação especial de pessoas deficientes” (p. 24). A manipulação de diferentes materiais ajuda no desenvolvimento da percepção tátil, facilitando a discriminação de detalhes e propiciando a movimentação dos dedos. Njoroge (1994) salienta que é preciso auxiliar os estudantes com visão subnormal a alcançarem a atualização máxima de sua visão com a maior quantidade de adaptações. Também é preciso ajuda-los a manter um equilíbrio real entre o que possível e o que é prático, assim, para o professor que tem em sua sala um aluno com necessidades educacionais especiais, não deve haver limite para a criatividade e para a utilização de recursos pedagógicos, mobiliário, adaptado e estratégias adequadas que motivam sua vontade de aprender.

Não que seja fácil, é desafiador vencer a si mesmo superando-se em suas ideias que muitas vezes, fogem e fica difícil até mesmo para lhe dar com uma sala sem especiais, no entanto é motivador saber que aquele que é especial lhe trará alegrias a passo lentos mais será compensador obter estes resultados.

Segundo De Carlos (1992), no momento em que se fizerem necessárias as adaptações necessárias às necessidades do aluno subnormal não se trataria de modificar os conteúdos do ensino, mais, sim, como e quando ensiná-los. Para que a utilização do recurso adaptado ao aluno com necessidades especiais alcançasse a melhor eficiência possível, foram levados em conta os critérios acima, em sua seleção, adaptação e na elaboração, visando maior eficácia do trabalho das alunas bolsistas com esses alunos especiais.

Sabemos que a falta de formação específica do docente é uma das grandes barreiras na qual interfere significativamente nessa nova prática pedagógica, fazendo com que as potencialidades dos alunos com deficiência sejam desconsideradas, priorizando apenas déficit e suas fragilidades. Assim tornando-se mais difícil a própria compreensão do profissional, onde requer exatamente, ou seja, que este esteja se adequando a realidade social onde está cada vez mais presente a participação das pessoas com necessidades especiais.

As adaptações de acessibilidade ao currículo se referem à eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, sendo pré-requisito para que o aluno possa frequentar a escola com autonomia, participar das atividades acadêmicas para os demais alunos. Estas incluem as condições físicas, materiais e de comunicação, como por exemplo, rampas, de acesso e banheiros adaptados, apoio de intérpretes de LIBRAS e/ou capacitação do professor e demais colegas, transição de textos BRAILLE e outros recursos de recursos pedagógicos adaptados para deficientes visuais, uso de comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral ou dificuldades de expressão oral, entre tantos outros.

Assim como as adaptações curriculares, de planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, são para acomodar os alunos com necessidades especiais, como já foi citado no decorrer deste artigo.

Tornar real as adaptações curriculares é o melhor caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. Identificar essas “necessidades” requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas suas atividades e expectativas em relação a esses alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades. A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando a flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos.

De acordo com MEC/SEESP/SEP 919980, essas adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

- * Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focar principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.
- * Adaptações relativos ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para a sala de aula.
- * Adaptações individualizadas do currículo, que focam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

Enfocamos que o conceito de Escola Inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC/SEESP, 1998),

...implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais... Inclusão, portanto, não significa, simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa das ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

A educação especial já não pode mais ser vista como sistema educacional paralelo ou segregado, mas como conjunto de medidas que a escolar regular põe ao serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos.

Aqui a necessidade de se pensar um currículo para a escola inclusiva foi oficializada a partir das medidas desenvolvidas junto à Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Neste documento explicita-se de adaptações curriculares, consideradas como:

...estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar à ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p. 15).

A ação educativa deve atender às especificidades de maneira atenta ao que realmente objetiva, para não caminhar na direção dos erros que podem ser fatais na vida de um portador de necessidades especiais, pois este confia indiretamente naquele que auxilia em sua caminhada.

Não cabe ao profissional julgar, mas sim fazer o que há de melhor para integrar de forma atuante um portador. Muitas vezes agimos inconscientemente e praticamos algo condenável na vida

deles, porque algo que pode não ser importante para uma pessoa sem necessidade, poderá ser o oposto para um portador de necessidades especiais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo veio apresentar uma realidade que ainda está distante, da realidade almejada, porque muitos e grandes são os desafios, sabendo ainda que é necessário que todos os envolvidos no processo educativo contribuam para uma melhor efetivação da prática inclusiva.

Não vem necessariamente defender qualquer ponto de vista, mas sim enfatizar a importância da adaptação curricular na realidade atual, muitos são os casos de portadores de necessidades especiais que nem ao menos frequentam a escola, até mesmo por preconceito familiar, que acham desnecessário que estes frequentem a escola, não sabendo que estão violando um direito tão importante.

Quanto mais batermos nesta tecla, e apresentarmos a sociedade que é possível vencer, quebrando barreiras alcançando o sucesso individual e de grupos de portadores de necessidades especiais é que estaremos os inserindo numa sociedade que demora a reconhecer valores, o que infelizmente é preconceituosa.

Atravessa-se uma época marcada pela competição, onde os progressos científicos e tecnológicos definem o futuro dos jovens no mundo do trabalho, espaço este ainda mais distante de ser alcançado pelo portador de necessidades especiais.

Avançar é imprescindível a fim de que sejam assegurados os direitos emanados da Constituição quanto à educação de qualidade a todos os cidadãos independentemente de serem eles especiais ou não.

Devemos partir do pressuposto que a nação tem direitos e deveres comuns a todos os cidadãos, adaptando-se assim às suas necessidades individuais, “Não somos melhores. Nem piores. Somos iguais. Melhor é a nossa causa.”.

Ao aluno não basta estar incluído, mas sim que lhe faça valer seus direitos, essa adaptação é mais que necessário quando percebemos que muitos dizem incluir, porém estão apenas maquiando ações, violando um direito simples de cunho extremamente primordial na sociedade atual que é a verdadeira inclusão.

Assim como salienta Rubem Alves: “Sem a Educação das Sensibilidades, todas as Habilidades são tolas e sem sentido” ... É preciso consciência para mudar o mundo para melhor.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R.** *Inclusão escolar e educação especial: o universo das políticas e o debate brasileiro sobre contornos e limites... Trajetórias e processo de ensinar e aprender: Sujeitos, Currículos e Culturas* – XIV ENDIPE, 2007.
- BRASIL.** Conselho Nacional de Educação /Câmara de Ensino Básico. Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de fevereiro de 2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL.** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. *Adaptações Curriculares para o Ensino Fundamental*. MEC/SEESP, 1997.
- _____, Ministério da Educação. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23-12-96.
- _____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília, 2008.
- CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A.** *Os recursos didáticos na Educação Especial*. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, nº 5, dezembro de 1996, p. 15-20.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** *Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília, DF, Corde, 1994.
- FACCI, M. G. D.** *Valorização ou Esvaziamento do trabalho do professor?* Coleção Formação de Professores. Campinas: Autores Associados, 2004.
- MCLAREN, P.** *A vida nas escolas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- NJOROGE, M.** *El Trabajo com alumnos com baja visión: algunas consideraciones útiles*. Seminário para Profesores de Alumnos com Discapacidad Visual. Kajiado, Kenia, 1994.
- VYGOSTKY, L. S.** *A Formação Social da Mente*. Tradução: José Cipolla Neto, Luís S. M. Barreto, Solange C. Afeche. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- _____, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- _____, L. S. *Fundamentos da defectología*. In: Obras Completas. Tomo Cinco. Ciudad de la Havana, Editorial Pueblo y Educación, 1989.